

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho:

**Título do Trabalho: Intelectuais e controvérsias públicas: o debate com
José de Souza Martins sobre a questão agrária.**

Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro – Universidade de Brasília (UnB)

Resumo

O foco deste trabalho é o intelectual como objeto de investigação sociológica. Busca-se desenvolver uma análise a partir da interface entre sociologia dos intelectuais e sociologia do conhecimento científico, mais especificamente análise de controvérsias. O objetivo é compreender mudanças na função do intelectual na atualidade, a partir do seu envolvimento em controvérsias públicas. Reconstrói-se a controvérsia entre o sociólogo José de Souza Martins e outros intelectuais sobre a questão agrária e os movimentos sociais do campo, bem como posições e argumentos mobilizados pelos participantes da controvérsia. O debate foi iniciado por aquele autor, um dos principais intérpretes dos processos sociais agrários no Brasil, a partir do final da década de 1990, e aconteceu em capítulos e resenhas de livros, jornais, revistas, teses e dissertações acadêmicas. O artigo retoma o debate sobre a função dos intelectuais na sociedade, mapeia a controvérsia e indica possibilidades de teorização interpretativa a partir do caso analisado.

Palavras-chave: intelectuais, controvérsia, questão agrária, José de Souza Martins.

1. Introdução

O tema deste trabalho é a análise do intelectual objeto de investigação sociológica. O objetivo é discutir a função e possíveis mudanças na atuação do intelectual na atualidade, a partir das tomadas de posição em debates ligados às ciências sociais e seu envolvimento em controvérsias públicas. A análise é realizada a partir da interface entre a sociologia dos intelectuais e da sociologia do conhecimento científico.

A sociologia dos intelectuais trata do que se caracteriza genericamente “profissionais do pensamento” (LECLERC, 2004). O conceito surgiu em uma circunstância histórica específica e perpassou por diversos contextos sociais, culturais e políticos. Este trabalho concentra a atenção em no intelectual vinculado à universidade, possui renomada carreira acadêmica, com grande produção teórica que se constituiu em referência para os estudos agrários no Brasil, ao mesmo tempo que participa de debates públicos em jornais de ampla circulação. Na primeira parte do trabalho será apresentado um quadro geral sobre a sociologia dos intelectuais.

A sociologia do conhecimento científico, por sua vez, é uma área de estudo na qual o objeto são as ideias científicas, as teorias, os

experimentos, as reflexões e os estudos sobre contexto de produção do conhecimento científico. O estudo das controvérsias é uma subárea em que os conflitos de interpretações aparecem como disputas que ocorrem na elaboração e consolidação do conhecimento. Conquistam o *status* de polêmico para um conjunto de ideias quando outros cientistas se sintam impelidos a questioná-la ou recusá-la. Cientistas sociais e historiadores estudam como as controvérsias se ampliam para outros campos e para o domínio público, como se situam em comunidade específicas, como persistem ou são encerradas ou ainda para analisar a construção social e negociação do *status* de conhecimento científico, válido ou reconhecido (Martin e Richards, 1995). É no ambiente das controvérsias que “começamos a enxergar melhor o que significa fazer ciência” (Collins e Pinch, 2003, p. 161), processos normalmente realizados em espaços restritos e produzidos por especialistas.

O estudo da natureza dos argumentos empregados e sua contingência permitem evidenciar as circunstâncias sociais que costumam ser dissimuladas. Além disso, percebe-se as influências que o contexto social exerce sobre a construção e desconstrução reflexões, fatos e teorias científicas. A importância metodológica das controvérsias decorre do fato que sua análise possibilita a observação das influências que os fatores extra científicos exercem sobre os processos de elaboração e consolidação de conhecimento, no caso as análises dos sociais e as teorias sobre a questão agrária.

Neste trabalho faz-se a reconstrução de controvérsias entre o sociólogo José de Souza Martins e professores pesquisadores de universidades sobre a questão agrária e movimentos sociais do campo. Busca-se reconstruir o debate iniciado por esse autor, um dos principais intérprete dos processos sociais do campo no Brasil.

O artigo, inicialmente, retoma posições teóricas a função dos intelectuais na sociedade. Posteriormente analisa-se a trajetória intelectual de Martins e sua participação na controvérsia que estabeleceu com diversos setores da sociedade sobre a questão agrária e os movimentos sociais do campo. Ao final aponta possibilidades de teorização interpretativa a partir da análise realizada.

2. Os intelectuais e a crítica social

Caracterizar o intelectual é tarefa complexa e necessita ser realizada

a partir de diferentes perspectivas e momentos históricos. O grupo social que compunha a intelectualidade surge como força de denúncia de injustiças¹. No entanto, existem intelectuais, como grupo de elevada instrução e capacidade de reflexão, desde a Antiguidade e pode ser identificada em diversos momentos históricos e variadas funções (BURKE, 2003).

A noção de *intelligentsia*², que também caracteriza um grupo social com este perfil, surgiu na Rússia do século XIX para caracterizar pessoas que desempenharam papel decisivo na reflexão crítica acerca das desigualdades e injustiças nessa sociedade. A *intelligentsia* russa influenciou processos de mudança social ao denunciar as precárias condições de vida da população pobre³. Como será visto no texto a seguir, a função de intelectual passará por diversas mudanças até tornar-se, na atualidade, em especialistas e acadêmicos, em sua maioria.

Kurzman e Owens (2002) caracterizam os intelectuais como pessoas com “avançada educação, produtores ou transmissores de cultura ou ideias, ou ainda membros de alguma categoria que se engajam em uma questão pública (KURZMAN e OWENS, p. 63, 2002). Eles expressam o pensamento investigador e a crítica sobre a sociedade, seus valores e acontecimentos. Os autores propõem três abordagens para a análise da função dos intelectuais a partir de posições distintas: os intelectuais como uma classe em si mesma (class-in-themselves), baseada na posição de Julien Benda (XXX); os intelectuais como categoria sem classe (class-bound), fundamentada na posição teórica de Antonio Gramsci; e intelectuais pertencentes a outra classe (class-less), segundo a concepção de Karl Manheim.

A abordagem dos intelectuais como classe em si mesma é, para Benda, fundada na defesa que fazem da verdade, da justiça e da razão como valores universais. O prestígio que eles alcançam resulta do reconhecimento

¹ O conceito surgiu na França, durante o caso Dreyfus em que o exército condenou por espionagem o oficial francês, no final do século XIX. O inquérito baseou-se no preconceito por o oficial ser judeu. O caso mobilizou toda a França e muitos professores, estudantes, artistas e escritores formaram o grupo social de denúncia da injustiça e ficou conhecido como intelectuais.

² Berlin (1988) distingue o intelectual da *intelligentsia*. Ele destaca que, mais do que a missão de denunciar injustiças, a *intelligentsia* parte de um engajamento social, pois seus membros consideram que, por terem educação superior a do povo oprimido, possuíam o compromisso de ajudá-los a libertar-se da opressão do governo e das elites.

³ Diversos escritores compunham a *intelligentsia* russa, tais como Turgueniev, Tolstoi e Dostoievsky, para citar alguns. Turgueniev foi um dos que representou bem a *intelligentsia* russa, pois era filho de proprietários de terra, estudou na França, onde foi influenciado por ideias de mudança social, e suas obras influenciaram a crítica às desigualdades que levaram à revolução russa de 1917 (BERLIN, 1988).

público na defesa desses valores. Ao defender a desvinculação dos intelectuais a interesses pessoais e cotidianos, Benda propõe que eles afastem-se também das noções de nação, raça, classe e partido. O envolvimento dos intelectuais em questões cotidianas e práticas é uma traição à sua função pública, argumenta o autor. Em síntese, os intelectuais como classe em si constituem grupo social com objetos de reflexão que não se relacionam com as questões do dia a dia, mas a valores gerais e universais da sociedade, aos quais devem ser fiéis.

A abordagem dos intelectuais como categoria sem classe fundamenta-se na compreensão de que eles não se constituem um grupo social à parte, mas que se vinculam ou pertencem às classes já existentes. Gramsci afirma que as classes sociais criam intelectuais para si, no mundo da produção econômica, para lhe darem homogeneidade e consciência. Essa é a função de organizadores da cultura de classes que Gramsci caracteriza como intelectual orgânico. É aquele que deve "imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador e persuasor permanente (GRAMSCI, 1982, p. 9). Outro tipo de intelectual apontado por ele é o tradicional, o qual reproduz ideias baseadas na tradição na reprodução da superestrutura edificada no passado.

Mannheim(1974), ao caracterizar os intelectuais como pertencentes a outra classe, faz a análise a partir do conceito de *intelligentsia*, mas diferente da concepção original, define-a como classe intersticial, cuja "posição na divisão do trabalho não lhe propicia acesso direto a nenhum segmento vital e ativo da sociedade". A *intelligentsia*, para o autor, é um agregado situado na sociedade e não acima dela. Seus membros podem individualmente ter uma orientação de classe e está "equipado" com várias perspectivas analíticas para refletir problemas. Mesmo assumindo posições em um conflito, o membro da *intelligentsia* é capaz de perceber várias abordagens para o mesmo tema. Ele não reage de modo coeso em determinadas situações.

Com outra perspectiva analítica além das três perspectivas clássicas apresentadas anteriormente, Foucault (1979) aponta dois tipos de intelectual: o universal e o específico. O intelectual universal seria aquele que tem o direito de falar como "dono da verdade e da justiça". As pessoas, de modo geral, o ouvem por ser o representante da cultura universal e representar a consciência de todos. Esse intelectual representa a consciência universal do sujeito livre e opõe-se aos que colocavam suas competências a serviço de Estado ou do

capital. Para ele, esse é um papel desempenhado no passado. Ele afirma intelectuais descobriram que as pessoas precisam deles para saber, pois possuem conhecimentos e são capazes de anunciá-los, apesar de existir um poder que censura e invalida seu discurso. O intelectual específico é uma contraposição ao intelectual universal do passado. Ele não está mais preocupado com o universal, mas com questões concretas e imediatas, seja nas condições de trabalho, seja nas condições de vida. Foucault considera uma aproximação do intelectual com temas reais, cotidianos e materiais e por encontrarem os mesmos adversários das classes exploradas, quais sejam: operários, camponeses ou as massas. Em geral, o novo intelectual pode elaborar ligações transversais entre saberes, com isso muitas profissões e áreas de formação puderam surgir, a partir de seu lugar de reflexão e dos intercâmbios que estabelecem.

É no pós Segunda Guerra que a fronteira entre objetos de reflexão intelectuais é dissolvida, segundo Jacoby (2001), com a migração de intelectuais públicos para as universidades. O intelectual, para o autor, era o grupo que possuía autonomia de ideias e analisava a sociedade de modo crítico e autônomo, independente de vinculação institucional. A universidade e os institutos de pesquisa, que sequer tomavam parte nos debates públicos, assumiram a maior parte do espaço das discussões, por meio dos intelectuais inseridos em carreiras acadêmicas, detentores de título de doutor, atuando na atividade letiva em sala de aula e a escrita para publicações científicas.

Jacoby (2001), analisa as mudanças na vida intelectual e aponta que ocorreram a partir do que ele elenca como temas de análise. Os quais destaca-se neste trabalho a expansão das universidades e das carreiras acadêmicas, bem como a redução da participação na vida política.

A expansão das universidades e das carreiras acadêmicas promoveu a migração de intelectuais para esse espaço, conforme já mencionado. Jacoby questiona por que a crítica que intelectuais faziam à universidade e seus professores tornou-se silenciosa. A resposta do autor é que houve uma reestruturação cultural em razão de jovens intelectuais preocuparam-se com suas carreiras acadêmicas e estabilidade profissional. Agora acadêmicos, eles escrevem para publicações especializadas, criam sociedades insulares – as associações científicas disciplinares, compartilham de jargão comum a uma área de conhecimento e participam de reuniões anuais

para trocar informações entre os membros de seu grupo. Eles criaram seu próprio universo, afirma Jacoby. A medida que se tornaram acadêmicos, os novos intelectuais perderam a capacidade de escrever de maneira compreensível para o grande público leigo. A consequência desse processo foi a redução na participação na vida política a partir da década de 60.

À perspectiva de declínio dos intelectuais, Eyal e Buchholze (2010) contrapõem com a de transformação. O autor e a autora afirmam que, ao longo dos últimos anos, novos grupos de intelectuais entraram na arena pública enquanto outros desapareceram. Eles sugerem que, em vez de se concentrar em determinado tipo social de intelectual, deve-se analisar o “movimento pelo qual conhecimentos e experiência estão mobilizados para informar uma intervenção na esfera pública carregada de valor” (EYAL e BUCHHOLZE, 2010. p. 118). O autor e a autora propõem que sociologia dos intelectuais está sendo convertida em uma sociologia das intervenções. Eles argumentam que a sociologia clássica dos intelectuais fundamentou-se na questão da fidelidade dos intelectuais, o que não lhes parece produtiva. A argumentação é que o foco em tipos sociais limita a compreensão da intervenção na esfera pública.

O presente trabalho pretende contribuir no debate sobre a relação de intelectuais e seu contexto social a partir da análise de uma situação real, a do sociólogo José de Souza Martins, que faz parte do grupo de novos intelectuais acadêmicos vinculados às universidades. O intelectual fez uma carreira estritamente acadêmica na Universidade de São Paulo - USP, desde sua formação até a consagração como pesquisador e teórico. É nessa etapa de sua vida que estabelecerá controvérsias públicas com outros acadêmicos, partidos políticos e movimentos sociais, retomando características do intelectual que participa de debates de questões públicas.

3. A trajetória de José de Souza Martins

Martins é um dos mais importantes sociólogos brasileiros intérprete dos processos agrários. Suas análises enfocam o modo de produção capitalista no campo e a análise dos movimentos de luta pela terra ao longo da história, nas quais ressalta as permanências e mudanças nos processos sociais que ocorrem no campo.

O sociólogo teve sua formação na Universidade de São Paulo, onde atuou como professor e pesquisador. Foi aluno de Florestan Fernandes e colega de Fernando Henrique Cardoso - FHC, quando professor dessa

universidade.

O autor utiliza o método dialético, com influência de Florestan Fernandes e Henry Lefebvre, para compreender as contradições e as particularidades da sociedade brasileira. No diálogo com Lefebvre, Martins evidencia a sociedade brasileira como uma modernidade inconclusa, em que tempos distintos e relações sociais diversas coexistem, numa totalidade contraditória. É permanente em sua obra a noção de reprodução das relações sociais capitalistas como eixo central (SOTO, 2013).

Durante muitos anos, Martins assessorou a Campanha Pastoral da Terra - CPT e movimentos sociais do campo durante a ditadura militar⁴. Martins ministrou cursos sobre sociedade e política no campo para agentes pastorais e militantes dos movimentos sociais. Na década de 1990 afastou-se da formação de ativistas. Martins argumentou que a CPT e os movimentos já dispunham de quadros capazes de atuar como formadores. Ele considerou essa situação como positiva, pois a Igreja dispunha de autonomia com formadores próprios, mas, ao mesmo tempo, negativa pois os assessores especializados, vinculados ao Partido dos Trabalhadores - PT, e tornaram-se doutrinadores partidários e aparelhavam os movimentos, afirmou em entrevista (LOUREIRO, BASTOS, REGO, 2008). Nesse mesmo período, aproximou-se do governo do então presidente FHC, sendo indicado para integrar comissões internacionais, coordenar políticas de governo e realizar consultorias⁵.

4. As controvérsias com José de Souza Martins e o debate

A produção teórica brasileira sobre a questão agrária possui muitos intérpretes, mas sobre os movimentos sociais do campo encontrou, até os anos 2000, forte referencial em Martins. A partir desse período, movimentos sociais passaram a ser tema de diversas áreas de conhecimento, sob diferentes perspectivas e por diferentes autores.

É também nesse período que Martins iniciou a elaboração de análises contrapostas por diversos pesquisadores da área e a partir das quais se

⁴ Martins foi convidado por Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia, região caracterizada pela ocorrência de conflitos de terra. O bispo possui relações com movimentos sociais do campo.

⁵ Por indicação do governo brasileiro, Martins representou o Brasil na Comissão Executiva do Fundo Voluntário contra as Formas Contemporâneas de Escravidão da Organização das Nações Unidas (ONU), assessorou o governo em questões relacionadas à escravidão e atuou como coordenador da comissão que produziu o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, no Ministério da Justiça. Além disso, integrou a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MOITA, 2010).

estabelecem controvérsias. O marco inicial é o livro “Reforma agrária: o impossível diálogo” (MARTINS, 2000).

Faz-se um recorte em três controvérsias: (i) a anomia dos movimentos sociais - a relação da base social dos movimentos sociais do campo com suas direções e projetos políticos; (ii) a partidarização dos movimentos sociais - especificamente Movimento dos Trabalhadores Rurais Semterra - MST e a relação com o PT e com o Estado - e (iii) a “sociologia militante” - engajamento de pesquisadores com os movimentos sociais do campo e o reflexo na produção de conhecimento científico. Estes pontos reaparecem em diferentes momentos do debate. A seguir, serão caracterizadas as posições de Martins nas controvérsias para, em seguida, apresentar como se desenvolveu o debate.

A primeira controvérsia que Martins anuncia, a anomia dos movimentos sociais e organizações do campo é que essas organizações são dirigidas por militantes de origem pequeno-burguesa, e não raro por intelectuais sem vínculo com a terra ou a agricultura. Essas lideranças colocam o projeto de transformação social como superior à proposta de reforma agrária. Para Martins, trata-se de uma classe social que assume discurso e prática radicalizados enquanto os trabalhadores rurais objetivamente desejam é terra para ter melhores condições de vida. Ele afirma que se trata de uma “tutela gestada na casa-grande, muito mais expressão de uma mentalidade de culpa, pena e caridade do que de uma mentalidade revolucionária” (MARTINS, 2000, p. 106).

Mesmo concordando com a necessidade de revisão sobre as diferentes categorias sociais no processo histórico, Martins destaca estar “inteiramente em desacordo com a ideologização dessa revisão, que deve ser feita com critérios científicos rigorosos” (MARTINS, 2000, p. 107). Para ele, tal situação ocorre porque “o protagonista real não tem condições históricas de se interpretar diretamente” (MARTINS, 2000, p. 111). O autor destaca que o MST, e sua aliada CPT, querem o confisco das propriedades e não aceitam menos que isso. Martins afirma que “os que lutam pelos trabalhadores rurais querem uma reforma agrária confiscatória e punitiva para o latifúndio” (MARTINS, 2000, p. 110), de modo que as dívidas do passado sejam pagas com essa penalidade.

Sobre a segunda controvérsia, a partidarização dos movimentos sociais

do campo pelo PT, Martins afirma que a aproximação transformou os movimentos em expansões do partido, dada a politização da reforma agrária. Para o autor, o PT, ao apoiar as lutas na formação destas organizações, usou-as para crescer no campo e como base política para desqualificar o Estado, plasmado por Martins nas ações de política agrária do então governo FHC.

A terceira controvérsia é a “sociologia militante” presente no meio acadêmico. Para ele, há um desejo de pesquisadores instrumentalizarem argumentos para defesa do MST. Trata-se, para ele, de um desejo de participar de um confronto que, na percepção desses pesquisadores, poderá ser histórico. O autor chama a atenção que fazer ideologia não é ciência social e exemplifica o caso de jovens pesquisadores alinhados com o MST. Ele comenta que esses jovens, cursando mestrados ou o doutorados, escolhem tema politizado como reforma agrária do qual raramente surgem contribuições relevantes. Trata-se, segundo sua análise, de discursos articulados, mas são quase sempre interpretações que “resvalam perigosamente para uma ideologia pura” (LOUREIRO, BASTOS, REGO, 2008, p. 72).

Em sentido oposto, Martins afirma que o pesquisador deve “lidar com a dimensão apropriada do tempo dos processos sociais que examina” (*Idem*, p. 73). Ele alerta o que pesquisador pode conhecer o campo de estudo com profundidade, mas deve abrir a possibilidade da dúvida a respeito do que já conhece, porque o processo no qual se está conhecendo altera o conhecimento já consolidado e as condições de produção de novos conhecimentos.

A seguir, comenta-se como estas controvérsias apareceram no debate entre Martins e diferentes pesquisadores, destacando como se apresentaram argumentos e contrargumentos.

5. Reconstrução da controvérsia

As controvérsias ocorreram entre Martins e professores pesquisadores de universidades brasileiras. O debate ocorreu em colunas de jornais e revistas (VILLA, 2001), (SILVEIRA, (2005), (ARBEX Jr., 2005).), em resenhas e capítulos de livros (SOTO, 2002) (CARTER, 2010), teses e dissertações acadêmicas (ALVES, 2000), (MOITA, 2010), e livros do próprio Martins (MARTINS, 2000, 2002, 2003, 2011, 2013). A maior parte das manifestações foi em artigos de jornal por iniciativa do próprio Martins, na coluna semanal que escreve no jornal “O Estado de São Paulo” (MARTINS (2001, 2005, 2006 e

2012), na qual aborda outros assuntos, além da questão agrária.

A controvérsia se iniciou na resposta de Marco Antonio Villa⁶, em artigo de jornal (VILLA, 2001), no qual critica o livro “Reforma Agrária: impossível diálogo”. Martins apresentou nesse livro a maioria das controvérsias aqui analisadas. Ele argumentou no livro que o MST e CPT rejeitaram a legitimidade do Estado e impossibilitaram negociações com o governo federal que poderiam resultar no aprofundamento da reforma agrária. Villa respondeu no artigo de jornal que a crítica teve “tom rancoroso”, ao MST e CPT, por Martins não ser mais ouvido pelas lideranças dessas organizações como era nos anos 70 e 80. Villa destacou que Martins assumiu o papel de um “sociólogo complacente com o poder” ao desqualificar a ação do MST, ao ignorar o massacre de camponeses de Eldorado do Carajás⁷ e afirmar que o PT estabeleceu alianças parlamentares com a União Democrática Ruralista - UDR.

Villa destacou que a postura de Martins está muito distante do autor de clássicos da sociologia que interpretam o rural brasileiro e a luta pela reforma agrária. Villas comentou que aguardava o desenrolar da polêmica, que considera “extremamente saudável para os rumos da reforma agrária”. Concluiu a crítica afirmando que o argumento de Martins receberá a “devida resposta do MST e da CPT”. Tal resposta nunca foi formalmente dada. Pode se dizer que uma manifestação silenciosa foi a não inclusão de artigo de Martins na coletânea de “A Questão Agrária no Brasil” (STÉDILE e GORENDER, 1994), organizada por João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST.

Martins (2001) respondeu ao artigo de Villa caracterizando-o como uma “crônica tendenciosa” e que “desperdiçou uma boa oportunidade de dar uma demonstração de competência teórica”. Ele retomou a controvérsia da sociologia militante e argumentou que Villa fez uma interpretação de que o mundo do conhecimento sobre a sociedade está dividido entre “optam pelo MST e os que optam pelo governo”. Criticou o método de análise de seu oponente no debate afirmando que ele “recorta arbitrariamente os temas, seleciona o interessa, junta o que não está junto e monta um discurso ideológico sobre aquilo que lhe convém dizer”. Martins retomou a controvérsia de anomia dos movimentos sociais do campo, ao destacar que seu livro

⁶ Pesquisador de história do Brasil e latino-americana e professor da Universidade Federal de São Carlos.

⁷ Conflitos entre sem terras e policiais em que resultou na morte de dezenas de manifestantes e grande repercussão internacional.

“Reforma Agrária: impossível diálogo” não é propriamente sobre reforma agrária, mas uma análise do desencontro entre o projeto revolucionário dos militantes do MST e CPT com projeto de reprodução camponesa familiar dos trabalhadores rurais.

O autor também retomou a controvérsia da sociologia militante e afirmou recusar-se ao aplauso gratuito, oportunista e demagógico ao MST e CPT e critica os pesquisadores, ao destacar o que elas realmente necessitavam era “aprofundar o conhecimento crítico sobre sua própria ação”. Martins defendeu-se da acusação de apatia aos conflitos no campo, e de ser um “sociólogo complacente com o poder”, argumentando que suas análises assinalam o indispensável papel do Estado na mudança da estrutura agrária. Por fim, critica os pesquisadores dos movimentos sociais por confundirem a “necessária militância do cidadão com a transformação do conhecimento crítico em conhecimento conivente e panfletário.

Martins retoma a controvérsia da sociologia militante, em artigo de jornal que comenta a criação de uma escola de formação do MST que recebeu o nome de Florestan Fernandes (MARTINS, 2005a). Ele fez considerações sobre a postura de Florestan em relação à produção do conhecimento científico, cujo engajamento político “nunca o privou da consciência sociológica”. (MARTINS, 2005a). Ele destacou que Fernandes foi um militante por ser um cidadão consciente, não por ser sociólogo. Indagou ainda qual seria a posição de Florestan diante de uma concepção de conhecimento que “(...) concorresse com toda a tradição das Ciências Sociais, em nome do militantismo e da negação da sociologia como conhecimento científico e crítico” (MARTINS, 2005a).

Heloísa Fernandes Silveira, também professora da USP e filha de Florestan, rebateu, em artigo de revista (SILVEIRA, 2005), as considerações de Martins acerca da distinção entre militância e produção do conhecimento científico. Ela afirmou que Martins tem um preconceito que ele não consegue dissimular. A professora considerou discutível a transformação da vida e obra de Florestan Fernandes em objeto que justifique a pretensão de preservar sua “pureza sociológica acadêmica”, tornando Florestan em um “prisioneiro do campus universitário”. Ela ressaltou que o fato que caracterizou como uma das mais fortes aspirações da vida de Florestan foi romper “o velho espírito elitista”

que faz com que o intelectual “tenha se acostumado a servir às elites”.

A controvérsia sobre a partidarização dos movimentos sociais do campo é retomada, em artigo de jornal, por Martins (2005b) no aniversário de 25 anos do MST. Ele criticou a redução das invasões de terra do MST para favorecer a campanha eleitoral de Lula. Em 2006 retoma o tema explicando que a oscilação entre as ações radicalizadas e ações atenuadas indicavam que o MST reconhecia que suas ações mais radicais prejudicavam o partido aliado (MARTINS, 2006). Reiterou a controvérsia de anomia dos movimentos sociais e retomou a vinculação do MST ao PT para colher votos nas urnas. Martins reconhece que, ao se envolver com a política partidária, o MST interferiu positivamente no processo político brasileiro. Sua ação política “rompe o laço que tem atado historicamente a testa dessas populações ao mourão da porteira dos caciques políticos do interior”. Por outro lado, considerou que o sentido libertador dessa interferência se perdeu na constituição dos “currais eleitorais” do PT. No artigo afirmou que o MST partidariza sem politizar e sem emancipar. Trata-se de uma relação de “toma lá, dá cá” com o PT e o governo Lula.

Martins (2009) retomou a controvérsia da anomia dos movimentos sociais do campo ao comentar a afirmação de um dirigente do MST de que a reforma agrária tem um conteúdo novo: uma agricultura produtora de alimentos saudáveis e matérias-primas, que não agrida o meio ambiente. O autor considerou que era uma autocrítica do MST por reconhecer o mercado com alternativa. Destacou que a “reforma agrária nada tem de revolucionária, embora possa ter potenciais de transformação social e até política”.

As controvérsias entre Martins e pesquisadores tiveram outro desdobramento com a publicação do livro resultante de uma conferência sobre o MST realizada na Universidade de Oxford, Estados Unidos, em 2003 e resultou em um livro (CARTER, 2010). Dois artigos destacaram-se na crítica às análises de Martins: Rosa (2010), que analisou os movimentos sociais brasileiros e Carter (2010).

Rosa argumentou, a partir de estudo sobre o MST no Estado de Pernambuco, que a realidade dos movimentos rompe com o estereótipo do engajamento somente por terra para a reprodução social da família camponesa, análise proposta por Martins. O autor argumenta que a participação na luta pela terra está ligada a processos sociais de ruptura com os padrões tradicionais de hierarquia social. Rosa, argumentou que participar

de movimentos de luta pela terra “significa, sobretudo, diferenciar-se socialmente por meio da construção de novos espaços políticos e, principalmente, pelo contato com novos valores sociais”, (ROSA, 2010, p. 475), ao contrário do que afirma Martins ao destacar o tradicionalismo do camponês que deseja somente terra para produção e reprodução social.

Rosa também se posicionou na controvérsia sobre a “sociologia militante” e critica explicitamente Martins por analisar os processos sociais agrários mantendo o lugar de “idealizados camponeses” para “manter seu próprio lugar na história como intelectual de uma sociologia do homem simples” (ROSA, 2010, p. 475). Rosa também criticou sociólogos que, nos debates sobre reforma agrária, que usam essa idealização de camponês como estratégia política para conversação do status de verdade de teorias parciais que se pretendem universais.

Por sua vez, Carter (2010) criticou Martins por sua afirmação de que o MST não reconhece a legitimidade institucional e as ações do Estado. Carter afirmou que as afirmações de Martins são “grosseiras simplificações e ataques gratuitos ao MST”, sem evidências empíricas que fundamentem muitas de suas análises. Ele sugere que se trata de difundir uma “retórica da intransigência”.

À controvérsia de que o MST não reconhece a legitimidade institucional e as ações do Estado durante o governo FHC, Carter contrargumenta que o resultado das políticas de reforma agrária do governo FHC foram reação e menos proposição, ao contrário do que considera Martins. O foco da intervenção governamental foi “apaziguar os conflitos rurais e evitar atritos com as elites agrárias” (CARTER, 2010, p. 504). O autor destaca ainda que as ações de governo foram resultado de crescentes mobilizações do MST e de dois massacres de trabalhadores sem-terra realizados por policiais. O autor ressaltou a omissão de Martins acerca da implantação de propostas neoliberais pelo governo FHC, dentre elas a “reforma agrária de mercado” para desmobilizar a luta pelas desapropriações e a demissão de agrônomos que trabalhavam em assentamentos rurais. Carter reitera essas análises descontextualizadas tiram a racionalidade das ações do MST.

Em artigo de jornal, Martins (2012) retomou a controvérsia da anomia dos movimentos sociais do campo no qual analisa dados que apontavam para o declínio do número de assentamentos nos governos Lula e Dilma. Destacou que o PT demonstrou que a reforma agrária não está na encruzilhada dos

destinos do País. Se estava na agenda eleitoral, por outro lado não estava em sua agenda política, argumentou o autor, e analisou que o “processo histórico recente parece confirmar que a reforma não é crucial, não polariza politicamente e nem arrecada adesões politicamente essenciais a sua viabilização”. Atribuiu parte da responsabilidade aos erros cometidos pelo MST, que “estreitaram o discurso e ampliaram as metas políticas, tentando dela fazer instrumento de transformações políticas radicais em vez de transformações sociais possíveis e necessárias”.

6. Possibilidades de teorização interpretativa: considerações finais

A teoria, aqui utilizada como referência, segue a metáfora de Popper (1980) que a compara a redes de pesca que são lançadas para capturar aquilo que denominamos “mundo” de modo a compreendê-lo e interpretá-lo. Portanto, a eleição de um quadro teórico é uma tomada de posição do cientista a partir da qual selecionará o que observar e como interpretar.

Chalmers (1993), por sua vez ressalta que uma teoria só pode ser adequadamente avaliada se for prestado atenção ao contexto histórico de sua formulação e a seu aperfeiçoamento. O autor resume que “a avaliação da teoria está intimamente ligada às circunstâncias na quais surge” (CHALMERS, 1993, p. 53). Seguindo este caminho, a análise da relação intelectuais e controvérsias públicas possibilita compreender circunstâncias sociais de produção do conhecimento em que participantes do debate estão inseridos (COLLINS, 1981, 2003, 2011).

Charmaz (2009) aponta a teorização interpretativa como uma “teorização imaginativa do fenômeno estudado”, a partir de realidades múltiplas e emergentes em que a verdade é provisória e a vida social é um processo. O sentido que a autora aponta é oposto à perspectiva positivista de teorização a partir da explicação de causas e tem como fim as generalizações. Comentando Alasuutari, a autora destaca comenta que “as teorias fornecem estruturas interpretativas a partir das quais podemos observar a realidade” (CHARMAZ, 2009, p. 175).

O aspecto mais relevante nas controvérsias é o que Martins chama a atenção para a criticidade dos pesquisadores na análise dos processos e atores sociais, no entanto foi sombreado com a crítica aos dirigentes do MST e à relação com o PT.

Por outro lado, Martins interpretações e suas críticas olhando para trás,

com isso perdeu a possibilidade de analisar um novo processo que se estabeleceu no campo a partir de sujeitos políticos. Os camponeses não são mais “o protagonista real não tem condições históricas de se interpretar diretamente”.

A análise da trajetória intelectual de Martins indica que se trata de um caso em que houve mudanças na função do intelectual a partir da tomada de posição em debates ligados às ciências sociais e seu envolvimento em controvérsias públicas. Por se tratar de um debate recente, é necessário maior investigação. As questões levantadas no artigo indicam pistas a serem seguidas aprofundadas em novas pesquisas.

Martins não é um intelectual que se caracteriza pelo desapego a fins práticos, como propõe Benda, pois, apesar de fazer uma crítica da realidade social em seus trabalhos, não as fundamenta na defesa da verdade, da justiça e da razão como valores universais. Também não é um intelectual orgânico, como propõe Gramsci como organizador da cultura dos camponeses, um de seus objetos de reflexão acadêmica. Sua colaboração na formação de lideranças de movimentos sociais e pastorais se deu em razão de dispor de conhecimento para apoiar movimentos de luta de camponeses, compreenderem os processos sociais e engajarem-se na conquista da terra e não como intelectual engajado na luta pela transformação social do campo.

Há uma aproximação de Martins com o intelectual manheimiano que se afasta de sua classe para fazer análises diversas. Apesar de ter origem em família proletária, afastou-se dessa trajetória para elaborar diversas análises para refletir os problemas sociais. Ele não reage com uma perspectiva de classe diante de diferentes situações sociais, o que se poderia esperar em razão do uso que faz do método dialético, a partir de sua inspiração em Henry Lefebvre. Martins assume semelhanças com o intelectual específico, de Foucault, pois a formação que teve possibilitou acesso a informação acerca do cotidiano, temas recorrentes do autor.

A universidade, como *locus* de produção de conhecimentos e críticas de Martins, aponta para o que Jacoby caracteriza como o movimento de migração de intelectuais para a vida acadêmica. Martins leciona, publica livros, escreve

artigos para jornais e periódicos acadêmicos e é membro de organizações disciplinares⁸ e participou de conselhos científicos⁹.

Apesar das aproximações de Martins com as características de alguns tipos ideais de intelectual, a participação de Martins nas controvérsias anomia dos movimentos sociais, a partidarização do dos movimentos sociais e a sociologia militante, uma intervenção pública carregada de valor, como informam Eyal e Buchholz (2010). As posições de Martins não se caracterizam como fidelidade do intelectual a um tema, como comentam o autor e a autora sobre os intelectuais na atualidade. Martins é crítico severo, conforme analisado, de movimentos sociais, perspectivas de classe ou posição teórica na questão agrária. Este é um dado de pesquisa a ser aprofundado em investigações posteriores.

Outro aspecto para entender a participação José de Souza nas controvérsias sobre a questão agrária é situar período ocorreu. A controvérsia se iniciou no final da década de 1990 e se prolonga até os tempos atuais. Neste período foi redefinido o papel do estado na economia e nos serviços públicos, tempos de consolidação das propostas neoliberais que redundaram na redução da atuação do estado na prestação de serviços à sociedade com repasse de atribuições para a iniciativa privada, bem como acentuado processo de privatização de empresas públicas criadas nos governos militares para supostamente arrecadar fundos e reduzir a dívida pública. Este cenário marcou fortemente o debate sobre a relação da sociedade civil, na qual se insere o MST, e o Estado, bem como das ações de governo sobre a reforma agrária. Martins não aborda este contexto na controvérsia com o MST.

O autor destaca as ações do governo FHC, que implementou as propostas neoliberais no campo, com o objetivo de realizar a reforma agrária (regularização fundiária, desapropriação de terras, políticas de apoio à agricultura familiar, entre outras), mas não aborda uma das principais propostas desse governo que foi a “reforma agrária de mercado”, mecanismo que estabelecia a aquisição de terras por meio de uma negociação pacífica entre o proprietário e os agricultores sem terra, em substituição à desapropriação de terras. O mercado substituiu parcialmente o Estado na redistribuição de terras.

⁸ Em 2013, foi homenageado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o prêmio Florestan Fernandes.

⁹ É membro do conselho superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, que orienta a fundação e as decisões de política científica, administrativa e patrimonial.

Houve muitos embates em torno dessa disputa de projetos de sociedade. Martins também não menciona essas questões na da controvérsia. Por que um intelectual com forte apropriação do método dialético na análise dos processos sociais do campo silencia neste esse cenário marcado por um projeto político com forte conteúdo de classe?

7. Referências Bibliográficas.

- ALVES, Juliete Miranda. **A Reforma Agrária nas obras de José de Souza Martins: uma leitura Sociológica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Ano de Obtenção: 2003.
- ARBEX Jr. José. **Um movimento contra a escravidão**. O Estado de São Paulo. 12/05/05.
- BERLIN, Pensadores russos. Companhia das Letras. São Paulo: 1988.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARTER, Miguel. Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências. In CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- COLLINS, Harry M. (1981), "Stages in the empirical program of relativism". *Social Studies of Science*, 11 (1): 3-10.
- COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. **O Golem: o que você deveria saber sobre ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- COLLINS, Harry. **Mudando a ordem: replicação e indução na prática científica**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2011. *Science Studies*, 4 (1974), 165-86.
- EYAL, G. & BUCHHOLZ, L. From sociology of intellectuals to the sociology of interventions, *Annual Review of Sociology*, n.36, pp.117-137, 2010.
- Foucault, Michel. *A ordem do Discurso*. Edições Loyola. São Paulo: 1996.
- Gramsci. Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira: 1982.
- JACOBY, Russell. *Os Últimos Intelectuais*. Edusp. São Paulo. 2001
- LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. Editora Unisinos. São Leopoldo: 2004.
- LOUREIRO, Maria Rita, BASTOS, Elide Rugai, REGO e José Marcio Rebolho. Entrevista José de Souza Martins. In: LOUREIRO, Maria Rita, BASTOS, Elide Rugai, REGO e José Marcio Rebolho. **Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil**. São Paulo: FGV. Relatório de pesquisa. 2008.
- MANHEIM, 1974.
- MARTIN, Brian e RICHARDS, Evelleen. Scientific knowledge, controversy and public decision making. In JASANOFF, Sheila *et all*. **Handbook of science and technology studies**. Thousand Oaks, Londres, Nova Déli: Sage Publications, 1995.
- MARTINS, José de Sousa. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. **Dilemas de interpretação**. Folha de São Paulo. 25.02.2001.
- _____. 2003. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- _____. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Tempo Social. 2003. p. 141 a 175.
- _____. **A dependência oculta**. O Estado de São Paulo. 12.05.2005a.

- _____. **O MST é um movimento autônomo?**. São Paulo: Folha de São Paulo. 23 - mai. 2005b.
- _____. **A trama de contradições do MST**. O Estado de São Paulo. 17 – SET. 2006.
- _____. **Mística e contradições do MST**. O Estado de São Paulo. 24 – jan, 2009.
- _____. **Contrarreforma**. O Estado de São Paulo. 11.03.12
- MOITA, Guilherme Marinho. **As Críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Ano de Obtenção: 2010.
- POPPER, Karl. A lógica da investigação científica (primeira parte). São Paulo: Abril cultural, 1980.
- ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: o impacto dos movimentos sociais brasileiros. In CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, Centre for Brazilian Studies, Universidade de Oxford, NEAD, MDA, 2010.
- SILVEIRA, Heloísa Fernandes. **Florestan Fernandes, universidade e MST**. Caros Amigos, Ed. 96, Março, 2005.
- SOTO, William Héctor Gómez. O pensamento crítico de Henri Lefebvre. Revista Espaço Acadêmico. Ano 12. N. 140. Jan 2013.
- SOTO, William Héctor Gómez. RESENHA Reforma agrária: o impossível diálogo. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 272-277.
- STÉDILE, João Pedro e GORENDER, Jacob. **A Questão Agrária**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1994.
- VILLA, Marco Antonio. Reforma agrária reduzida. São Paulo: Folha de São Paulo. 11 – fev, 2001.